

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Rio Grande do Sul - CAU/RS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º e 15º andares, Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo e é reconhecido o valor de todas as anuidades não pagas no exercício conforme os relatórios 14 e 15 do SICCAU, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de

início das atividades do Conselho) a 2017. A partir do ano de 2018, o critério adotado foi o de média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos três anos anteriores. São calculados um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber de anuidades de exercícios anteriores ao final do exercício.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor

contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se

aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Receitas não identificadas

No exercício de 2021 foram registradas receitas como não identificadas, a maior parte delas são referentes a problemas ocorridos no SICCAU, sistema que registra as receitas do CAU, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021. Devido a uma instabilidade nesses dias foi colocado em produção um backup do dia anterior o que acabou apagando do sistema os boletos emitidos nesses dias. Com isso, alguns boletos pagos foram registrados em diferentes CAU/UFs. Ao longo do ano fomos emitindo o relatório dos meses novamente e identificando as receitas conforme as correções iam ocorrendo, porém não foram identificados todos os boletos compensados errados até o encerramento do exercício.

Outra parte é referente a problema no SICCAU no mês de setembro de 2021, no qual, os valores registrados no sistema são inferiores aos arrecadados no banco pelo CAU/RS. Abrimos um chamado ao CSC para correção (GAD 0041040), porém até o encerramento do ano os relatórios não foram corrigidos e segue sem previsão para correção conforme informado pelos responsáveis em 31 de janeiro de 2022.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	-
Banco conta movimento	215.678	233.167
Aplicações financeiras	22.268.861	20.181.126
Total	22.484.539	20.414.293

Os valores em conta corrente referem-se a arrecadação do dia 31/12/2021, dia no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

7. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2021	2020
Pessoa Física - 2012	12.851	19.755
Pessoa Física - 2013	22.655	34.746
Pessoa Física - 2014	29.660	82.549
Pessoa Física - 2015	76.012	163.244
Pessoa Física - 2016	193.148	306.971
Pessoa Física - 2017	379.041	530.275
Pessoa Física - 2018	624.755	758.691
Pessoa Física - 2019	963.178	1.221.309
Pessoa Física - 2020	1.376.058	2.021.933
Pessoa Física - 2021	2.177.809	-
Pessoa Jurídica - 2012	24.885	121.014
Pessoa Jurídica - 2013	46.885	155.810
Pessoa Jurídica - 2014	95.148	213.317
Pessoa Jurídica - 2015	154.038	283.084
Pessoa Jurídica - 2016	241.533	387.890
Pessoa Jurídica - 2017	359.847	503.959
Pessoa Jurídica - 2018	582.615	605.020
Pessoa Jurídica - 2019	691.621	729.636
Pessoa Jurídica - 2020	844.652	946.653
Pessoa Jurídica - 2021	1.034.371	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	652.507	345.748
Dívida Ativa - Pessoa Jurídica	710.971	-
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	(3.362.739)	(3.023.727)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	(3.512.238)	(3.167.488)
Total	4.419.264	3.240.388

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2021	2020
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	3.212.180	2.968.586
Mais de 360 dias	8.082.061	6.463.017
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(6.874.977)	(6.191.215)
Total	4.419.264	3.240.388

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

8. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

8.1. Impostos

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
INSS a recuperar	4.260	12.537
Outros impostos a recuperar	493	417
Total	4.753	12.954
Circulante	4.753	12.954
Não circulante	-	-
Total	4.753	12.954

O valor de INSS a recuperar refere-se ao pagamento de salário maternidade a uma funcionária do Conselho que foi compensado na guia de INSS paga em janeiro de 2022.

8.2 Demais Créditos a Curto Prazo

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Vale Transporte a apropriar	-	-
Vale Alimentação a apropriar	-	-
Plano de Saúde a apropriar	-	-
Adiantamento de Salários	39.850	46.711
Outros Créditos de curto prazo	8.563	1.894
Total	48.413	48.605

9. Estoques

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Materiais Elétricos e de Telefonia	4.695	3.195
Materiais de Limpeza e de Higiene	18.407	7.209
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	-	-
Material de Escritório	31.749	40.038
Material para Manutenção de Bens Imóveis	583	203
Materiais de Copa e Cozinha	3.306	3.597
Materiais de Informática	168	459
Gêneros Alimentícios	1.877	2.153
Total	60.785	56.853

10. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Prêmios de Seguros a Apropriar	25.078	25.078
Assinaturas a Apropriar	-	-
Licença de Software a Apropriar	11.517	9.501
Total	36.595	34.579

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2021	2020
Salas	5.687.440	(1.595.200)	4.092.240	4.296.988
Instalações	21.202	(12.561)	8.641	11.656
Veículos	1.040.299	(833.045)	207.254	363.125
Móveis e utensílios	550.078	(313.483)	236.595	254.812
Máquinas e Equipamentos	333.636	(140.341)	193.295	195.377
Equipamentos de Processamento de Dados	1.029.676	(717.796)	311.879	441.163
Obras em andamento	287.144	-	287.144	220.570
Total	8.949.474	(3.612.426)	5.337.048	5.783.690

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.2020</u>
Salas	4.296.988	-	-	(204.748)	4.092.240
Instalações	11.656	-	-	(3.015)	8.641
Veículos	363.125	-	-	(155.870)	207.254
Móveis e utensílios	254.812	30.025	-	(48.243)	236.595
Máquinas e Equipamentos	195.377	25.205	-	(27.287)	193.295
Equipamentos de Processamento de Dados	441.163	-	-	(129.283)	311.879
Obras em andamento	220.570	66.574	-	-	287.144
Total	5.783.691	121.804	0	(568.446)	5.337.049

As aquisições em 2021 foram em sua maioria máquinas e móveis para abertura dos escritórios regionais em Passo Fundo e Caxias do Sul e a obra de reforma da loja que servirá para atendimento aos arquitetos e urbanistas que tinha previsão de término para o primeiro semestre de 2021 teve o contrato rescindido e está em fase de nova licitação.

12. Intangível

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Sistema de Processamento de Dados	95.475	95.475
(-) Amortização Acumulada	(74.884)	(70.811)
Total	20.592	24.665

13. Fornecedores a pagar

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestação de serviço	41.109	319.705
Fornecedor de materiais	9.022	3.576
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	164.984	152.756
Outros fornecedores	294.632	23.024
Total	509.747	499.062

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
A vencer	509.747	499.062
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	509.747	499.062

14. Pessoal a Pagar

Referem-se as apropriações mensais para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS.

Descrição	2021	2020
Férias	545.864	689.065
INSS s/ Provisão de Férias	114.631	144.265
FGTS s/ Provisão de Férias	43.669	54.958
PIS s/ Provisão de Férias	5.459	6.870
Total	709.623	500.630

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2021, saldos de valores restituíveis conforme segue:

Descrição	2021	2020
INSS retido na folha de pagamento	40.261	33.907
IRRF da folha de pagamento	119.645	114.216
ISS retido de prestadores de serviço	3.346	2.096
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	-	11
Garantia de contrato - Maier Contabilidade e Auditoria LTDA	5.065	4.932
Garantia de contrato - Contratum Serviços Administrativos Eireli	-	7.473
Outros Valores Restituíveis	1.756	530
Total	170.073	163.164

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim representadas:

Natureza	Descrição	2021	2020
Trabalhista	José Milton This	8.000	10.000
Trabalhista	Angelita Oliveira de Souza	5.000	10.000
Trabalhista	Antônio Jorge dos Santos Prestes	14.755	14.755
Trabalhista	Marilene da Rosa Silva Freitas	5.000	10.000
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	73.411	15.000
Trabalhista	Secretaria de Inspeção do Trabalho/RS	-	2.100
Trabalhista	Rodrigo Jaroskeski	30.000	-
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000	
Trabalhista	Denise Maria da Costa Lima	20.000	
Trabalhista	Grasielle dos Santos Lima	15.000	
Trabalhista	Grasielle dos Santos Lima	35.000	
Cível	Carolina Cesa Correia	364	-
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA	3.200	3.200
Cível	Glae Eva Macalós	-	390
Total		229.730	65.445

A movimentação da provisão no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Natureza	2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2020
Trabalhistas	61.855	186.411	(22.100)	-	-	226.166
Cíveis	3.590	364	(390)	-	-	3.565
Total	65.445	186.775	- 22.490	-	-	229.730

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 76.839,36 decorrente de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não

registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

17. Patrimônio Líquido

Descrição	2021	2020
Superávit ou Déficit do Exercício	2.792.527	233.444
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	27.923.485	27.690.040
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(3.655)
Patrimônio Líquido	30.716.012	27.485.944

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos remunerados através de diárias e ajudas de custos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2021	2020
Depreciação e amortização	572.519	569.981
Despesas com pessoal	9.078.520	8.547.263
Despesas com contratação de terceiros	1.987.053	1.785.424
Material de consumo	143.047	86.635
Diárias e locomoção	298.138	299.747
Impostos, taxas e contribuições	8.498	7.550
Provisão para devedores duvidosos	683.762	2.155.019
Transferências	1.284.754	1.305.680
Outras receitas e despesas	186.639	290.617
Total	14.242.930	15.047.916

20. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2021	2020
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	17.035.457	15.281.360
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(14.242.930)	(15.047.916)
(=) Superávit Patrimonial apurado	2.792.527	233.444
Resultado Orçamentário	2021	2020
Receita Orçamentária Arrecadada	15.141.340	13.407.245
(-) Despesas Empenhadas	(13.379.750)	(12.202.095)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	1.761.591	1.205.150
Resultado Financeiro	2021	2020
Saldo Disponível Apurado	22.484.539	20.414.293
(-) Passivo Financeiro	(1.884.572)	(1.806.975)
(=) Superávit Financeiro Apurado	20.599.967	18.607.319

21. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos.	3.830.585
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
Total		3.830.585

A importância segurada dos seguros dos sete veículos segurados do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

22. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

.

*

*

*